

1 **COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CIB)**
2 **SANTA CATARINA**

3 ATA Nº 05/2014

4 Ao vigésimo sexto dia do mês de novembro de dois mil e quatorze, às treze horas,
5 no Plenarinho Deputado Stuart Wright da Assembléia Legislativa do Estado de
6 Santa Catarina, localizada na Rua Doutor Álvaro Milen da Silveira, 310, Centro,
7 Florianópolis/SC, realizou-se a reunião plenária ordinária da Comissão
8 Intergestores Bipartite da Assistência Social (CIB/SC) com a presença dos
9 seguintes membros: representantes da Secretaria de Estado da Assistência Social,
10 Trabalho e Habitação (SST/SC) – Simone Cristina Vieira Machado, Fabiana Vieira,
11 Carolina Freitas e Sandra Regina da Silva Coimbra, e representantes do Colegiado
12 Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS/SC) – Ana
13 Cláudia da Silveira Quege – Presidente do COEGEMAS/SC (Três Barras), Janifer
14 Otto (São João Batista), José Amarildo Farias (Lages) e John Lenon Teodoro
15 (Camboriú). Ainda estavam presentes o novo Secretário Municipal de Assistência
16 Social de Florianópolis, os membros suplentes da CIB/SC, gestores e técnicos
17 municipais, representantes da câmara técnica, secretarias regionais e associações
18 de municípios, cuja lista de presença segue anexa. Simone Machado iniciou a
19 reunião desejando boas vindas e agradecendo a presença de todos, e em seguida
20 apresentou a ordem do dia. Em discussão, foi incluído o item “Repasses de
21 recursos oriundos dos saldos remanescentes – Benefícios Eventuais” no Informe da
22 DIAS/SST-SC. Em seguida, a ordem do dia foi aprovada pelo plenário: **1º**
23 **Apreciação e aprovação da ata da reunião anterior:** O plenário aprovou a ata da
24 reunião realizada em 25 de setembro de 2014. **2º Correspondências recebidas e**
25 **expedidas:** A secretária executiva, Liliane Sena, apresentou a relação de ofícios
26 recebidos pela CIB/SC: Ofício nº 957/2014, encaminhado pelo GABS/SST,
27 solicitando alteração dos valores da Resolução CIB nº 01, de 31 de março de 2014,
28 que aprova as estratégias, critérios e procedimentos de repasse de recursos
29 estaduais para cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Básica.
30 Justificando que a alteração se faz necessária devido a um erro de digitação aos
31 centavos nos valores de 224 municípios (Anexo I), onde se lê R\$ 26.678,32, leia-se
32 R\$ 26.678,16. Salaria que todos os municípios entregaram seus documentos e
33 resolução com os valores corretos. Esse ajuste só é necessário na resolução da
34 CIB/SC; Ofício nº 968/2014, encaminhado pelo GABS/SST-SC, solicitando a
35 correção do nome da nova suplente da Câmara Técnica da CIB/SC. Onde se lê
36 Juliana Terezinha da Silva, leia-se Juliana Terezinha Martins; Ofício nº 1027/2014,
37 encaminhado pelo GABS/SST-SC, solicitando preenchimento do Bloco 12,
38 referente à CIB/SC, no Questionário do Censo SUAS 2014. Na sequência,
39 apresentou a relação de ofícios expedidos pela CIB/SC: Ofício nº 026/2014, ao
40 CEAS/SC, encaminhando, para conhecimento, ata CIB/SC nº 03 e as Resoluções
41 nº 20 e 23, de 25 de setembro de 2014; Ofício nº 027/2014, ao CEAS/SC,
42 encaminhando, para apreciação, Resolução nº 21, de 25 de setembro de 2014;
43 Ofício nº 028/2014, ao CEAS/SC, encaminhando, para apreciação, Resolução nº
44 22, de 25 de setembro de 2014; Ofício nº 029/2014, ao CEAS/SC, encaminhando,

para conhecimento, as Resoluções “Ad Referendum” nº 24 e 25, de 09 de outubro de 2014; Ofício nº 030/2014, à CIT, encaminhando as Resoluções CIB/SC nº 20, 21, 22, 23, 24 e 25/2014; Ofício nº 031/2014, à DIAS/SST-SC, encaminhando Questionário do Censo SUAS 2014, com o Bloco 12 devidamente preenchido, assinado e carimbado pela coordenação da CIB/SC; Ofício nº 034/2014, ao COEGEMAS/SC, solicitando indicação, até o dia 15 de janeiro de 2015, de 4 membros titulares e seus suplentes, representantes dos municípios, para assumir o mandato na Câmara Técnica Permanente (2015-2016); Ofício nº 032/2014, ao COEGEMAS/SC, solicitando indicação, até o dia 15 de janeiro de 2015, de 6 membros titulares e seus suplentes, representantes dos municípios, para assumir o mandato na CIB/SC (2015-2016); Ofício nº 033/2014, à SST/SC, solicitando indicação, até o dia 15 de janeiro de 2015, de 6 membros titulares e seus suplentes, representantes do estado, para assumir o mandato na CIB/SC (2015-2016); Ofício nº 035/2014, à SST/SC, solicitando indicação, até o dia 15 de janeiro de 2015, de 4 membros titulares e seus suplentes, representantes do estado, para assumir o mandato na Câmara Técnica Permanente (2015-2016).

3º Aprovação do Calendário Anual da CIB/SC 2015: A secretária executiva, Liliane Sena, apresentou a proposta da SST/SC em relação ao referido calendário. Após proposições de alterações e indicações dos municípios realizadas pelo COGEMAS/SC foi aprovado o seguinte calendário das reuniões ordinárias da CIB/SC para o ano de 2015: 23 de fevereiro, às 13 horas, em Jaraguá do Sul; 25 de março, às 13 horas, em Balneário Camboriú; 25 de maio, às 13 horas, em Criciúma; 22 de junho, às 13 horas, em São Miguel do Oeste; 14 de setembro, às 13 horas, em Blumenau; 30 de novembro, às 13 horas, em Florianópolis; primeira reunião extraordinária em Bombinhas, às 13 horas.

4º Homologação Resoluções “Ad Referendum” 24/2014 e 25/2014: a plenária homologou a Resolução “Ad Referendum” nº 24, de 09 de outubro de 2014, que dispõe sobre retificação do artigo 4º da Resolução CIB/SC nº 23, de 25 de setembro de 2014; e a Resolução “Ad Referendum” nº 25, de 09 de outubro de 2014, que dispõe sobre retificação do Anexo I, parte integrante da Resolução CIB/SC nº 01, de 31 de março de 2014.

Informes: Câmara Técnica da CIB/SC – Maria Eunice, coordenadora da Câmara Técnica, apresentou os estudos e análises realizadas até o momento pela Câmara Técnica Permanente da CIB/SC para definição da proposta de desenho da oferta regionalizada do PAEFI e do Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de até 21 anos, Adultos e suas Famílias. Na ocasião, Maria Eunice solicitou que o Relatório Síntese dos estudos e análises realizadas pela Câmara Técnica seja parte integrante da ata desta reunião, sendo a proposta acatada pela mesa. Após, Simone Machado agradeceu o empenho dos membros da Câmara Técnica na realização do trabalho. Salientou a importância de validar algumas questões pontuais para que a Câmara Técnica dê sequência ao trabalho, para que na próxima reunião, em 2015, a CIB/SC tenha um cenário mais tangível e palpável em relação ao processo de regionalização. Informou que existem lacunas e conceitos que o próprio MDS está inseguro, no que diz respeito à Resolução do CNAS que estabelece as diretrizes para a regionalização. Ressaltou ainda a

importância de considerar o perfil do estado de Santa Catarina, que não se enquadra tão perfeitamente ao que está sendo proposto pela referida Resolução. Destacou que um dos pontos a considerar é que o estado tem um expressivo número de municípios de pequeno porte I, não apontando a necessidade de criação de um CREAS, seja ele regional ou municipal. Outro ponto é a proposta de implantação de equipe da proteção social especial na gestão, já que o modelo dos serviços regionalizados não atenderia a realidade de todos os municípios de Santa Catarina. Sandra Regina destacou que não há cofinanciamento federal para esse modelo de oferta, lembrando que muitos municípios têm dificuldade financeira para arcar com os recursos humanos em função do limite prudencial. Informou ainda que o estado está propondo uma alteração na Lei de Criação do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para que os recursos financeiros do estado possam ser utilizados para pagamento de pessoal. Ainda destacou a dificuldade da distância entre os municípios para o atendimento em serviços regionalizados na proteção social especial de média complexidade. Em relação a proteção social especial de alta complexidade, o estado está discutindo com o Ministério Público e Tribunal de Justiça, já que esses órgãos possuem fontes de informação sobre a demanda de acolhimento institucional para crianças e adolescentes no estado. Ana Claudia falou sobre a proposta de serviços em um modelo misto: implantação de CREAS em municípios de pequeno porte I que tem mais de 50 atendimentos de média complexidade mensal, e a implantação piloto de um CREAS regionalizado próximo a sede da SST/SC. Na ocasião, Sandra Regina falou da importância de considerar, nesse debate, a baixa adesão ao atendimento na média complexidade e a questão da judicialização desse atendimento. Simone Machado lembrou sobre a experiência na saúde sobre o processo de regionalização dos serviços, citando o exemplo das equipes do Programa de Saúde da Família, onde atualmente os municípios têm dificuldade de manter os serviços em função do valor que é repassado pelo governo federal. Em seguida informou que o estado encaminhou para a CIT o pedido de prorrogação de prazo para pactuação da regionalização dos serviços. Na ocasião propôs, e a plenária aprovou, a solicitação de estudos e proposições sobre a implantação de equipe da proteção social especial na gestão do SUAS municipal, considerando a questão do orçamento. Reiterou ainda que a SST/SC encaminhou ao CEAS/SC uma proposta de alteração da Lei que cria o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS). **DIAS/SST-SC** – Simone Machado falou sobre a necessidade de revisão da Lei que cria o CEAS/SC, prioritariamente a mudança na sua composição onde se insere o COEGEMAS/SC no lugar da Secretaria de Segurança Pública, com acento governamental, destacando que será verificada a personalidade jurídica do COEGEMAS/SC como representação governamental. Ana Claudia informou que a Câmara Técnica do COEGEMAS/SC irá fazer um estudo para revisão do Estatuto desse colegiado. Simone Machado ainda informou que o CEAS/SC aprovou a proposta orçamentária, onde foram incluídas duas subações: “Suporte técnico-financeiro ao COEGEMAS/SC” e “Suporte financeiro a instância de pactuação estadual”. Ainda informou que, além do cofinanciamento dos serviços socioassistenciais e benefício eventual, estão previstas as emendas

133 parlamentares que passam a compor o FEAS. A Resolução do CEAS/SC que
134 aprova a proposta orçamentária foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE/SC)
135 e estará disponível no site da SST/SC. Sobre o repasse de recursos financeiros
136 referentes ao cofinanciamento estadual da rede socioassistencial 2014, Simone
137 Machado lembrou que a situação dos municípios em relação aos repasses de
138 recursos do estado está disponível no site da SST/SC, e que os municípios podem
139 verificar o status. Destacou que o valor de R\$ 481.277,48, referente aos recursos
140 de cofinanciamento dos serviços e benefício eventual, não foram repassados a
141 alguns municípios por motivo de problemas em suas contas bancárias, entre outros.
142 Na ocasião foi apresentado em tela situação dos municípios com devolução de
143 pagamentos referentes ao cofinanciamento estadual 2013 e 2014 (Fonte:
144 [http://www.sst.sc.gov.br/arquivos/id_submenu/659/2014_11_27_publicar_devolvido](http://www.sst.sc.gov.br/arquivos/id_submenu/659/2014_11_27_publicar_devolvido_s_sigef.pdf)
145 [s_sigef.pdf](http://www.sst.sc.gov.br/arquivos/id_submenu/659/2014_11_27_publicar_devolvido_s_sigef.pdf)). Simone Machado informou que ainda será depositado o total de R\$
146 5.401.353,00 referente ao cofinanciamento para os municípios. Em relação ao
147 repasse de recursos financeiros de cofinanciamento estadual referente ao saldo
148 remanescente para Benefícios Eventuais, Simone Machado informou que não há
149 financeiro para execução desse repasse, conforme estava previsto na Resolução
150 CIB nº 21, de 25 de setembro de 2014, que dispõe sobre o repasse dos recursos
151 alocados no Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS/SC) provenientes de
152 saldo remanescente dos cofinanciamentos dos serviços de Proteção Social Básica,
153 Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade e Benefícios Eventuais. Na
154 ocasião, José Amarildo, falou sobre as dificuldades dos repasses de recursos
155 ocorrerem no final de ano, onde os municípios não têm condições de executar os
156 recursos no mesmo exercício. Ainda questionou sobre a falta de financeiro para o
157 repasse de recursos para Benefícios Eventuais referente ao saldo remanescente, e
158 sobre o repasse de recursos do FEAS/SC a uma instituição socioassistencial.
159 Gestores e técnicos municipais presentes reiteraram a importância de instituir o
160 repasse fundo a fundo regular e automático e a necessidade de aperfeiçoar os
161 procedimentos de repasses de recursos e antecipação de pagamentos. Ainda
162 questionaram sobre as construções de equipamentos sociais para os municípios
163 que entregaram a documentação. Na ocasião, Simone Machado esclareceu que as
164 construções de equipamentos sociais fazem parte do programa Pacto por Santa
165 Catarina, e são financiadas por instituições financeiras, e que, portanto os recursos
166 não estão incluídos no FEAS/SC. Informou que os municípios que entregaram a
167 documentação e que as obras ainda não foram construídas, devem aguardar.
168 Esclareceu ainda que os recursos para benefícios eventuais foram repassados
169 conforme a disponibilidade financeira, e que o Centro Educacional São Gabriel,
170 instituição vinculada a SST/SC, oferta serviço de execução direta, no qual sua
171 gestão é de responsabilidade do órgão gestão estadual, e que, portanto há
172 orçamento no FEAS/SC para sua execução. Em seguida, Simone Machado reiterou
173 as dificuldades sobre a execução financeira dos recursos repassados aos
174 municípios e os procedimentos de repasses de recursos no estado. Gestores e
175 técnicos dos municípios falaram da importância de incluir a temática da execução
176 físico-financeira nos cursos do programa CapacitaSUAS. Ainda reiteraram sobre a

177 importância de garantir que os recursos repassados pelo estado possam ser
178 utilizados para pagamento de pessoal. No momento, Simone Machado informou
179 que os conteúdos dos cursos do Programa CapacitaSUAS já são pré-estabelecidos
180 pelo MDS. No entanto, essa temática pode ser trabalhada por meio do Plano
181 Estadual de Capacitação (PECSUAS) e do Apoio Técnico do estado. Ainda
182 destacou que a SST/SC fez uma Web Conferência sobre a temática e publicou uma
183 cartilha sobre a utilização de recursos do FEAS. Para finalizar, Simone Machado
184 agradeceu, em nome da SST/SC, a equipe da DIAS/SST-SC e o trabalho
185 construído com os gestores municipais na CIB/SC. Na ocasião, Ana Claudia, em
186 nome do COEGEMAS/SC, agradeceu a SST/SC pelo apoio, parceria e diálogo na
187 CIB/SC para a consolidação do SUAS no estado. José Amarildo também
188 agradeceu a atuação de Ana Claudia na presidência do COEGEMAS/SC. Nada
189 mais havendo a tratar, eu Liliane Sena, secretária executiva da CIB/SC, lavrei a
190 presente ata.